SECRETÁRIO REGIONAL ADJUNTO DA PRESIDÊNCIA, S.R. DA AGRICULTURA PESCAS E AMBIENTE

Despacho Normativo Nº 324/1999 de 30 de Dezembro

Considerando que através do Decreto Regulamentar Regional n.º 47/92/A, de 27 de Novembro, foi aprovada a nova estrutura orgânica do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas - IAMA;

Considerando que o Despacho Normativo n.º 135/96, de 11 de Julho aprovou o regulamento de concursos para lugares de ingresso e acesso do quadro de pessoal daquele Instituto;

Considerando ainda que relativamente aos métodos de selecção a utilizar nos concursos de ingresso não foram consideradas as carreiras de pessoal administrativo operário e auxiliar;

Considerando as alterações do regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para a administração pública, introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho;

Considerando a revisão do regime das carreiras da Administração Pública introduzida pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 10 de Dezembro;

Considerando a necessidade de harmonizar a estrutura do presente regulamento de concursos;

Assim, e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/99/A, de 31 de Julho, determina-se o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

É aprovado o regulamento dos concursos para lugares de ingresso e acesso do quadro de pessoal do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA).

Artigo 2.º

Conteúdos funcionais

1. A descrição dos conteúdos funcionais inerentes às carreiras previstas no quadro de pessoal do IAMA consta do mapa I, anexo ao presente despacho, de que é parte integrante.

2. Às diferentes categorias inseridas numa carreira corresponde uma diferente complexidade e autonomia do respectivo conteúdo funcional, aumentando aquelas à medida que se ascende na escala hierárquica.

CAPÍTULO II

Métodos de selecção para concursos de ingresso

Artigo 3.º

Concursos de ingresso

1. Os métodos de selecção a utilizar nos concursos de ingresso nas categorias constantes do quadro de pessoal do IAMA, são os seguintes:

- a) Prova de conhecimentos;
- b) Avaliação curricular.

2. Podem ainda ser utilizadas, com carácter complementar, os seguintes métodos:

- a) Entrevista profissional de selecção;
- b) Exame psicológico de selecção;
- c) Exame médico de selecção.

3. O programa das provas de conhecimento consta do mapa II, anexo ao presente despacho, de que é parte integrante.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, para as carreiras de pessoal administrativo, operário e auxiliar, deverão observar-se as disposições constantes das Resoluções do Governo Regional n.º 101/94, de 18 de Agosto e n.º 159/95, de 21 de Dezembro.

5. Abertura do concurso:

- a) No aviso de abertura do concurso deverá constar obrigatoriamente, a menção expressa do regulamento de concursos, bem como, se for o caso, do programa de provas;
- b) A natureza, forma e duração das provas constam do aviso de abertura de concurso, sendo ainda obrigatória a indicação de bibliografia ou legislação necessária à sua realização quando se trate de matérias não previstas no currículo escolar correspondente às habilitações literárias ou profissionais exigidas.

6. Na realização da prova de conhecimentos é permitida a consulta de textos legislativos e técnicos de que os candidatos devem estar munidos ou que lhe sejam facultados.

7. Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências de função:

- a) A habilitação académica base, onde se pondera a titularidade do grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
- b) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional em especial as acções relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso;
- c) A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem assim a avaliação de outras capacidades adequadas ao desempenho efectivo de funções.

8. Na entrevista profissional para o pessoal técnico superior, pessoal de informática, pessoal técnico e pessoal técnico-profissional ponderar-se-ão:

- a) Capacidade de expressão e fluência verbal;
- b) Sentido crítico e inovador;
- c) Motivação e interesse;
- d) Discussão curricular;
- e) Visão global da administração, sentido de organização e capacidade para a resolução de problemas.

9. Para o pessoal dos matadouros, operário e auxiliar ponderar-se-ão na entrevista os seguintes factores:

- a) Capacidade de expressão;
- b) Capacidade de relação interpessoal;
- c) Qualificação profissional;
- d) Sentido crítico e de responsabilidade;
- e) Motivação profissional.

10. Na entrevista profissional, cada um dos factores de ponderação devem ser valorados de zero a quatro valores de forma a que do seu somatório, resulte a classificação final de zero a vinte valores .

11. Os resultados obtidos na aplicação dos métodos de selecção são classificados na escala de zero a vinte valores, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

12.No exame psicológico são atribuídas as seguintes menções qualitativas, Favorável preferencialmente, Bastante favorável, Favorável, Com reservas e Não favorável, correspondendo-lhes as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, respectivamente.

CAPÍTULO III

Métodos de selecção para concursos de acesso

Artigo 4.º

Assessor

1. Nos concursos para provimento nos lugares de assessor são utilizados os seguintes métodos de selecção:

- a) Prova pública de apreciação e discussão do currículo profissional;
- b) Avaliação de capacidade de análise e concepção do candidato, através de apreciação de trabalho que verse um tema actual e concreto, de interesse para a Administração Pública.

2. A utilização da alínea *b)* é facultativa, cabendo ao candidato decidir da oportunidade da apresentação do trabalho.

3. O trabalho, quando apresentado, terá de ser devidamente valorado na classificação final, não podendo em caso algum, contribuir para baixar a nota atribuída ao candidato através da utilização da alínea *a)* do n.º 1.

4. A ordenação final dos candidatos resultará do somatório das classificações das duas provas, até ao limite de vinte valores, não podendo ser atribuída a valoração superior a três para o método da alínea *b)* do n.º 1.

Artigo 5.º

Carreira de assistente administrativo

1. Nos concursos para provimento dos lugares de assistente administrativo especialista, e assistente administrativo principal será utilizado o método de avaliação curricular, em que são obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências de função:

- a) A habilitação académica base, onde se pondera a titularidade do grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;

b) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional em especial as acções relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso;

c) A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem assim a avaliação de outras capacidades adequadas ao desempenho efectivo de funções.

2. A formação a que alude a alínea *b)* do número anterior traduz-se na frequência, com aproveitamento, de cursos de formação ministrados internamente ou por organismo de formação da Administração Pública, ou por outros por ela reconhecidos.

3. O júri pode, se assim o entender, considerar a classificação de serviço como factor de avaliação curricular.

4. Nos concursos internos de acesso limitado é obrigatório a classificação de serviço como factor de ponderação.

Artigo 6.º

Outras categorias de acesso

1. O método de selecção a utilizar nos concursos para provimento noutras categorias de acesso é o da avaliação curricular, em que são obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências de função:

a) A habilitação académica base, onde se pondera a titularidade do grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;

b) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional em especial as acções relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso;

c) A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem assim a avaliação de outras capacidades adequadas ao desempenho efectivo de funções.

2. O júri pode, se assim o entender, considerar a classificação de serviço como factor da avaliação curricular.

3. Nos concursos internos de acesso limitados é obrigatório a classificação de serviço como factor de ponderação.

CAPÍTULO IV

Seleção para lugares de chefia

Artigo 7.º

Chefe de secção

1. Os métodos de selecção a utilizar nos concursos para provimento no lugar de chefe de secção são os seguintes:
 - a) Prova de conhecimentos;
 - b) Avaliação curricular.
2. A prova de conhecimentos, que revestirá a forma escrita, visará avaliar de modo global os conhecimentos a nível de legislação da função pública.
3. O programa das provas de conhecimento consta do mapa III, anexo ao presente despacho, de que é parte integrante.
4. Na avaliação curricular ponderar-se-ão:
 - a) A habilitação académica base, onde se pondera a titularidade do grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
 - b) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional em especial as acções relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso;
 - c) A experiência profissional, em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem assim a avaliação de outras capacidades adequadas ao desempenho efectivo de funções.
 - d) Curso de graduação de chefias administrativas, de acordo com o disposto na Resolução n.º 80/90, de 19 de Junho.
5. Os resultados obtidos na aplicação dos métodos de selecção são classificados na escala de zero a vinte valores sem prejuízo do disposto no número seguinte.
6. Nos concursos internos de acesso limitados é obrigatório a classificação de serviço como factor de ponderação.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 8.º

Interpretação

As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente despacho normativo serão resolvidas por despacho conjunto do Secretário Regional Adjunto da Presidência e do Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Artigo 9.º

Revogação

É revogado o Despacho Normativo n.º 135/96, de 11 de Julho.

Artigo 10.º

Entrada em vigor

Este diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

17 de Dezembro de 1999. - O Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*. - O Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, *Fernando Rosa Rodrigues Lopes*.

Quadro: Consultar documento em PDF relativo ao Jornal Oficial I Série N° 52 de 30-12-1999.